



Exm.ª Sr.ª. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Exm.º Sr. Presidente da Câmara

Exmos Srs. Vereadores

Exmos Srs. Deputados

Meus Senhores e minhas Senhoras.,

Após uma semana aquando da aprovação do Relatório de Gestão de 2013, onde ficou claro que o Município de Lisboa tem registado nos últimos anos uma quebra acentuada na receita, estamos agora a discutir um conjunto de propostas que visam vender em hasta pública um conjunto de imóveis e terrenos considerados não estratégicos, e não essenciais ao cumprimento das missões da CML, segundo o atual executivo.

Sobre o assunto algumas breves considerações.

O Partido da Terra não se opõe à realização destas operações desde que sejam realizadas com transparência e equidade, de forma a garantir a salvaguarda do interesse público.

Porém, não podemos esquecer que se trata de receitas extraordinárias, um pouco à semelhança dos terrenos do Aeroporto e do Centro Cultural de Belém, não se podem ser cobradas de forma regular nos anos seguintes.

O Partido da Terra tem esperança que a política de equilíbrio das contas municipais não seja apenas feito à custa de receitas extraordinárias, como é a venda destes imóveis e terrenos.

Acreditamos que em breve, o executivo apresente soluções estruturais e sustentáveis, que não se fique apenas a depender das decisões provenientes da Administração Central e/ou do Governo.

Sobre as propostas em questão, esperamos que a Câmara Municipal tenha tido em consideração a crise que tem vindo a assolar o mercado imobiliário e fazemos votos que, pelo menos o valor de licitação proposto para a operação, seja alcançado contribuindo, assim para a melhoria da situação financeira do município a curto prazo.

Sobre as Propostas em questão, estranhámos algumas escolhas, nomeadamente no que diz respeito à venda do imóvel do Santander, que teria sido adquirido com o propósito de servir de novas instalações aos serviços descentralizados da Câmara Municipal.

Todavia, segundo a informação do Senhor Vereador Manuel Salgado, este edifício já não terá a finalidade inicialmente proposta, uma vez que serão necessárias obras avultadas para que o edifício em questão, reúna as devidas condições para possibilitar essa mudança.

Nesse sentido, o Partido da Terra interroga-se, como é possível um imóvel ser adquirido para um fim, que afinal é inviável? Contudo, esperamos expectantes, pela então prometida solução alternativa para a instalação dos serviços do município.

Considerando a situação financeira do município e a necessidade do município realizar a sua actividade, o Partido da Terra irá abster-se na votação das propostas 342, 343 e 346.

Disse.